

Farmacêuticas em São Paulo (1901-1919)

Maria Lucia Mott¹
Olga Sofia Fabergé Alves²

A pesquisa nos jornais e revistas de São Paulo no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, período de inúmeras transformações econômicas, sociais e culturais na capital paulista e uma visível urbanização, aponta para uma importante participação de mulheres brasileiras e estrangeiras no mercado de trabalho, provenientes das diferentes camadas sociais, nas áreas de serviços, ensino, comércio, artes e saúde.

O setor da saúde passava então por modificações significativas verificando-se uma crescente institucionalização e profissionalização, com a criação de escolas, revistas e associações especializadas, organização de novos serviços voltados para a assistência, aumento de estabelecimentos industriais e comerciais de produtos médico-cirúrgicos, farmacêuticos, de higiene e de cosmética. Paralelamente, uma campanha bastante eficiente reforçava a necessidade da educação do sexo feminino e a saúde como sendo questão prioritária para o desenvolvimento e regeneração nacional, atribuindo às mulheres, um papel de destaque nesse movimento higienista e civilizatório, seja como mãe de família educada segundo os princípios da medicina científica, seja exercendo determinadas atividades profissionalmente ou de forma voluntária.

Dentre as atividades desempenhadas pelas mulheres na área da saúde, inicialmente destaca-se a da parteira, sobretudo de origem italiana³. A partir do final dos anos 1890, ao lado dos classificados das parteiras, começam a aparecer na imprensa anúncios de enfermeiras oferecendo serviços ou sendo requisitadas para trabalhar em domicílio; matérias escritas por ou sobre Dra. Maria Rennotte, primeira médica da cidade; fotos de formatura, reportagens e notícias sobre dentistas e farmacêuticas; e a farmácia, a enfermagem e a obstetrícia como profissões para mulheres.

Aldínio Jurema em artigo publicado na revista *O Echo*, em 1917, assim justifica seu parecer sobre o assunto:

"Há profissões que deviam ser privativas da mulher. O homem no seu egoísmo invasor tem avassalado todas elas. Entre as profissões que deviam ser reservadas às representantes do sexo frágil está a farmácia que pela natureza sedentária do seu comércio especial, pela paciência que exigem certas preparações, pela delicadeza, minúcia e cuidados necessários ao perfeito aviamento do receituário médico, a mulher está em melhores condições do que o homem para exercê-la. Entretanto o número de farmacêuticas é ainda muito reduzido no Brasil. Por que será? Incapacidade para fazer o curso e conquistar o diploma? Certamente que não. Receio de entrar em concorrência com os homens?

Provavelmente. Se a lei fechasse as escolas de farmácia aos homens, que tem diante de si abertas todas as carreiras, não cometeria nenhuma iniquidade. Faria talvez um ato de justiça, altamente eqüitativo. No começo esse ato provocaria protestos e revoltas, mas dentro de pouco tempo o egoísmo masculino se conformaria com essa medida reparadora. O público sofredor lucraria com a modificação, porque a mulher menos interessada do que o homem, se contentaria com lucros menores e o seu coração mais propenso à bondade, faria aos indigentes maior soma de caridade do que a que lhes dispensam atualmente os detentores de farmácias."

Entre 1892 e 1919, 1514 farmacêuticos registraram seus diplomas no Serviço Sanitário do Estado, sendo que 154 eram mulheres, número superior ao de parteiras, profissão tradicionalmente feminina⁴. Muito pouco, porém, sabemos sobre essas farmacêuticas, bem como sobre as que se formaram e atuaram nos demais estados brasileiros, apesar de Heleieth Saffioti, no trabalho *Mulher na Sociedade de Classes* (1979), utilizando dados extraídos da *Estatística Escolar* (1930), ter chamado a atenção da Farmácia ser, então, a principal opção de curso superior para mulheres⁵.

Este artigo tem por objetivo apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa sobre as farmacêuticas em São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX. Objetiva alertar sobre a importância de incluir as mulheres na agenda da história dos trabalhadores da saúde, no sentido de repensar a sua representativa social, menos como um fenômeno recente em algumas atividades, mas como importante já no século XIX e início do XX. O texto é recorte de um projeto mais amplo, que visa contribuir para a discussão sobre formação, inserção profissional e mercado de trabalho na área da saúde em São Paulo (1892-1978), a partir da análise dos registros profissionais. Utiliza como fonte matérias e artigos publicados na imprensa (jornais e revistas) e em periódicos especializados da área farmacêutica.

¹Doutora em História e Pesquisadora Científica do Instituto de Saúde. Contato: cucamott@isaude.sp.gov.br

²Socióloga e Pesquisadora Científica do Instituto de Saúde. Contato: olga@isaude.sp.gov.br

³Entre 1892 e 1919, das parteiras registradas no serviço sanitário, 51% eram nascidas na Itália e 43% tinham diploma no país de origem; 19% eram brasileiras e 42% dos diplomas, atribuídos por escolas nacionais (Livros de Registro Profissionais 1892-1919, Centro de Memória da Saúde-SESSP). Agradecemos a Ana Paula F. Santos (PUCSP) que participou do levantamento dos dados e a Camilla A. Schneck (EEUSP) e Maria Mercedes L. Escuder (IS-SESP) que fizeram o tratamento estatístico.

⁴O número de farmacêuticos registrados no Serviço Sanitário de São Paulo entre 1892-1919 soma 1514. Os registros profissionais sugerem que o número seja bem maior do que o referido por Santos (1993), que afirma que até 1930 formaram-se no país 2.772 farmacêuticos.

⁵A partir dos anos 60 houve um aumento do número de mulheres diplomadas nos cursos de farmácia, somando mais de 50%. Ver: <http://www.fcf.usp.br/Ensino/Graduacao/Graduados/index.asp> (relação dos graduados na USP).

tica e médica e dados extraídos dos três primeiros Livros de Registro do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional de São Paulo (1892-1919), pertencentes ao acervo do Centro de Memória da Saúde.

A Profissionalização da Farmácia e as Mulheres

Em 15 de março de 1899, *A Mensageira*, “revista literária dedicada à mulher brasileira”, que fazia intensa campanha a favor da educação e da promoção do sexo feminino, informava sobre a instalação da Escola Livre de Farmácia, em São Paulo, transcrevendo um pequeno trecho do discurso de Bráulio Gomes, proferido por ocasião da inauguração, no qual ele destacava os motivos da sua criação. A Revista Farmacêutica (1899) também deu espaço à fala do médico:

“Eis, pois um dos grandes instintos: formar botânicos, químicos e farmacêuticos. (...) Outro grande fim da Escola de Farmácia é formar mulheres – formar farmacêuticas. É tempo de dilatarmos os horizontes para atividade da mulher: dar-lhe profissões mais liberais, mais intelectuais, mais e melhores elementos para a luta da vida. Dirigir o lar, dirigir sua família e acalentar seus filhos poderá a mulher fazer com aquela doce energia, com aquela rigorosa brandura – paz de espírito e pureza de consciência, disputando com distintíssimo posto na lutas pelo viver”.

Os estatutos da Escola reafirmam esse compromisso, destacando que a finalidade da Escola era ensinar as matérias compreendidas em seu programa, “a todas as pessoas sem distinção de sexo ou nacionalidade, que se propuserem à profissão farmacêutica” (PRESTES, 1922, p.6).

A defesa da abertura do curso para as mulheres pode ser lida como um sinal dos novos tempos. O acesso do sexo feminino aos cursos superiores tinha ocorrido há cerca de uma década e a primeira farmacêutica diplomada do país – Maria Luiza Torrezão de Sue Surville se formara em 1887, pela Escola de Farmácia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁶. Também era novidade a criação de uma Escola Livre de Farmácia na cidade de São Paulo.

O ensino da farmácia no Brasil nasceu em 1832, vinculado a faculdades de medicina. Conforme se sabe, durante todo o Império a formação de farmacêuticos esteve sob a direção das duas faculdades de medicina existentes no país, a do Rio de Janeiro e da Bahia. Havia grande restrição à expansão dos cursos superiores e controle dos médicos do exercício dos ramos afins: farmácia, arte dentária, partos. Assim, a Escola de Farmácia de Ouro Preto (1839) foi uma exceção em dois sentidos: por ter rompido a barreira contra a abertura de novos cursos superiores e por ter sido criada por um farmacêutico, sendo constituída independentemente do ensino médico.

Em 1879, o decreto 7247 que tornava livre o ensino superior, permitiu a particulares a fundação e manutenção de estabelecimentos ensino desde que seguissem os programas oficiais. O mesmo decreto permitia, explicitamente, o ingresso de “indivíduos do sexo feminino” nas instituições

de ensino superior do país (CAMPOS, 1966).

Pode-se dizer que a partir da década de 1890, o processo de institucionalização e profissionalização da farmácia caminhou a passos largos: foram criadas novas escolas, algumas “isoladas”, outras anexas aos cursos de medicina, outras ainda em parceria com cursos de química industrial, odontologia e obstetrícia. Essas escolas tinham por objetivo fornecer uma melhor formação, na qual fossem contemplados aspectos científicos da profissão, a exemplo do que acontecia na Europa e Estados Unidos. A expansão do ensino foi bastante rápida, começando pelo Rio Grande do Sul em 1895. Somente em São Paulo, foram criadas dez escolas: duas na capital, a já mencionada Escola Livre de Farmácia (1898), a da Universidade de São Paulo (1911), que teve vida curta, e oito no interior: em Pindamonhangaba (1913), São Carlos (1914), Piracicaba (1915), Mococa (1916), Itapetininga (1921), Jaboticabal e Araraquara (1923), Ribeirão Preto (1924) (CAMPOS, 1966).

Para admissão na Escola Livre de Farmácia, que seguia o modelo da Faculdade de Paris, o aluno era submetido a exames de português, francês, aritmética, álgebra e geometria plana. O curso tinha duração de três anos, para obtenção do diploma de farmacêutico; e de quatro para bacharel em ciências farmacêuticas com defesa de tese⁷. A grade curricular incluía disciplinas como química analítica, química orgânica e biológica, química inorgânica, mineralogia, toxicologia, física, botânica, anatomia, zoologia, geologia, e farmácia teórica e prática (A MENSAGEIRA, 1899). Exigia-se ainda um ano de prática em alguma farmácia para o exercício profissional (FONTOURA, 1938).

Apesar do exame de admissão exigir álgebra e geometria e das disciplinas das escolas de farmácia serem voltadas para as áreas das ciências físicas e naturais, e a educação do sexo feminino no período nem sempre privilegiar este tipo de conhecimento - pois ainda se questionava sobre a capacidade das mulheres aprenderem e fazerem ciência (SCHIENBINGER, 2001) – , a adesão ao curso foi imediata, bem como a dedicação aos estudos. Até março de 1903, a Escola Livre de Farmácia tinha registrado a matrícula de 166 alunos, sendo 25 mulheres (REVISTA FARMACÊUTICA, 1903). Rapidamente algumas alunas se destacaram – em 1905 e 1906, os prêmios de melhor aluno da Escola Livre de Farmácia de São Paulo foram atribuídos respectivamente a duas moças: Leonor da Costa Aguiar e Alice Teixeira. No ano seguinte, o prêmio coube a Geraldo de Paula Souza (CAMPOS, 1984).

Formados, os farmacêuticos estavam habilitados a exercerem em estabelecimentos comerciais (farmácias e drogarias), hospitais, entidades assistenciais, laboratórios e indústrias, e a fazer perícia. O trabalho muitas vezes era perigoso, pedia ao mesmo tempo habilidades técnicas, científicas e comerciais: o preparo dos medicamentos era artesanal, dado o pequeno número de indústrias farmacêuticas e muitos preparados serem tóxicos. Exigia ainda dedicação exclusiva, trabalho noturno, trato com clientes de

⁶Maria Luiza Torrezão de Sue Surville Trabalhou como farmacêutica por vários anos na Policlínica de Niterói. *A Mensageira*, ano 1, n.19, 15/7/1898, p.303. Foi membro honorário do I Congresso Brasileiro de Farmácia, em 1922.

⁷Não foram localizados os Estatutos da Escola Livre de Farmácia de São Paulo. É possível que a idade de admissão no curso fosse de 14 anos, visto ter sido encontrado registros profissionais de diplomadas aos 17 anos. Em outras escolas, como a do Rio de Janeiro e de Pindamonhangaba, a idade de admissão era de 16 anos.

diferentes camadas sociais e conhecimentos de legislação sobre o exercício profissional e de contabilidade para escrutinação de livros (SANTOS, 1993; FOUNTOURA, 1938).

Para Cândido Fontoura, farmacêutico de renome, a atividade requeria conhecimentos especiais sobre a ciência “de reconhecer, escolher, preparar, conservar, controlar, descrever os medicamentos simples e compostos, apreciar sua ação e determinar suas formas e doses sob as quais devem ser ministrados” (1922), como também muita prática, cultura geral, probidade, método, descrição, modéstia, ponderação, pontualidade, prudência, alta moralidade, caridade e tato (1932).

No final do século XIX e início do XX a farmácia era um espaço importante de sociabilidade masculina onde se reuniam intelectuais e políticos nos finais de tarde (AMERICANO, 1957). A especificidade do exercício da medicina, da veterinária e da farmácia, nem sempre era percebida e aceita pela população, que via o farmacêutico como aquele a quem se podia recorrer em caso de problemas de saúde, sendo-lhe solicitado a indicação, a receita e a manipulação dos medicamentos para os diferentes males sofridos pelas pessoas e pelos animais.

Perfil e Inserção Profissional

Vale lembrar que o aumento do número de escolas de farmácia a partir de 1895 não foi suficiente para suprir as necessidades de farmacêuticos nas diferentes regiões do país, como também não havia unanimidade sobre a necessidade de diploma para o exercício profissional. As legislações federal e estadual, em particular a de São Paulo, elaboradas após a proclamação da República, previam a regularização do exercício profissional dos práticos de farmácia que provassem experiência, passassem por um exame e se estabelecessem em locais onde não houvesse um profissional diplomado. Esses farmacêuticos práticos eram denominados de licenciados e, até 1938, em São Paulo, parte de seu perfil e trajetória podem ser recuperados pelo Diário Oficial do Estado, já que eles eram obrigados por lei, a publicarem na imprensa, pelo prazo de oito dias, o pedido de licença feito ao Serviço Sanitário. Esses farmacêuticos não serão objeto desse estudo. Vamos aqui nos referir aos diplomados. Para eles a legislação estabelecia que deveriam apresentar seus diplomas na Diretoria do Serviço Sanitário, onde seriam registrados em livro especial (SÃO PAULO. Lei n. 43, de 18/7/1892).

O Centro de Memória da Saúde possui uma coleção completa desses livros de registro de profissionais, de 1892 até 1978. Basicamente os livros trazem os seguintes dados: nome, sexo, filiação, data e local de nascimento, origem, estado civil (sobretudo das mulheres), formação (militar, religioso); escola de graduação, data do diploma, data de revalidação, ano de registro e, em alguns estão cadastrados a data de falecimento, e no caso das mulheres mudança de nome por casamento.

No dia 29 de abril de 1892, Luiz Manuel Pinto de Queiroz, natural do Estado do Rio de Janeiro, filho de Manuel José Pinto de Queiroz e Etelvina Maria da Conceição, nascido em 25 de março de 1868, recém-formado pela Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, foi o

primeiro farmacêutico a registrar seu diploma. Quase dez anos depois, Ursulina Lopes Torres, nascida em 26 de novembro de 1882 em São Paulo e formada pela Faculdade de Farmácia e Medicina de Porto Alegre, em 1901, seguia o mesmo procedimento (LIVRO DE REGISTROS, n° 1).

Os registros apontam que a maioria das 154 farmacêuticas era paulistana (75%) e jovem (70% tinha entre 17 e 22 anos). Poucas eram oriundas de outros países (uma da Argentina, uma da Alemanha e três da Itália), o que as aproxima das dentistas (39 brasileiras e 2 estrangeiras) e as distingue das parteiras diplomadas (cerca de 70%) e das médicas (50%), no mesmo período, em sua maioria estrangeiras. Esta distinção precisa ser investigada, pois pode trazer elementos para análise da condição social dessas mulheres, formação, mercado de trabalho e inserção profissional⁸.

A Escola Livre de Farmácia de São Paulo foi a principal responsável pela formação (80% dos registros), destacando-se em segundo lugar a Escola Livre de Farmácia de Pindamonhangaba (10%), seguida pelas Escolas de Ouro Preto, Juiz de Fora e Porto Alegre. As alunas se formavam entre 17 e 22 anos, o que as aproxima das dentistas e as distingue das médicas e das parteiras que obtinham seus diplomas com mais idade. O período entre a obtenção do diploma e o registro no Serviço Sanitário é muito curto o que sugere que muitas mulheres efetivamente fizeram o curso para trabalhar, não apenas para obter uma melhor educação enquanto esperavam o casamento, como acontecia com parte das alunas que freqüentava as Escolas Normais (SCHPUN, 1997, p.102).

A literatura internacional destaca que muitas farmacêuticas eram filhas, esposas ou viúvas de farmacêuticos (Higby & Gallagher, 1992). Pelos livros de registro do Serviço Sanitário pesquisados é possível concluir que não raro pessoas da mesma família seguiam a profissão (filhos, filhas e irmãs). Carolina Tenore e sua irmã Maria Tenore registram seus diplomas em 1905, dois anos depois, Silvia Vilela e Maria José Vilela, assim como as irmãs gêmeas Maria da Glória e Maria do Carmo Barroso Lintz. Isto pode indicar que muitas famílias tinham mais segurança em mandar suas filhas em dupla para escolas onde a freqüência era majoritariamente masculina, e/ou que a farmácia, sendo uma empresa familiar, teria vantagens em dividir tarefas e lucros, sem fracionar o capital⁹.

Nas primeiras décadas do século XX as farmacêuticas já faziam parte da vida de várias cidades do Estado de São Paulo, conforme sugerem publicações científicas, mundanas, páginas policias e lembranças de moradores e parentes. Maria da Glória Lintz e sua irmã gêmea eram proprietárias de farmácia em Lorena (depoimento de Clóvis Frederico da Silva Ramos), e Lucia Gauss, em São Paulo (FONTOURA, 1938). Josefina Silveira, Maria Marques da Silveira, Anita Tibiriçá participaram, assim como mais 59 farmacêuticos, do Primeiro Congresso Médico Paulista, re-

⁸Os dados foram retirados dos Livros de Registro n.1,2,3 (1892-1919).

⁹Renilda Barreto (2000) refere-se às “meninas do Sr Ladislau” – Joana Ladislau Figueiredo de Melo -- Joana, Rosa e Ana – que receberam cartas de ofício de boticário, na Bahia, em 20 de agosto de 1811, quando o aprendizado ainda era prático.

alizado em dezembro de 1916 (ANAIS, 1916, vol.1). Já Judith Bittencourt, da Farmácia São Bento foi denunciada por trabalhar em farmácia e ser professora, o que era proibido por lei (A NAÇÃO, 19/7/1915); e Maria Silva, “farmacêutica”, residente à rua Conselheiro Furtado, 27, “acometida de sintomas de alucinação, ingeriu fortíssima dose de creolina” (A NAÇÃO, 21/8/1915).

Pode-se dizer que Anita Tibiriçá foi figura de destaque na sociedade paulista. É lembrada como a primeira mulher a ter carta de motorista na cidade. Foi uma das fundadoras, ao lado de Cândido Fontoura, da Sociedade de Farmácia e Química de São Paulo, “instituição científica e consultiva, notadamente em questões de química” (Fontoura, 1922, p.194); e juntamente com Leonor da Costa Aguiar foi eleita uma das moças mais inteligentes de São Paulo, em pesquisa realizada pela revista *A Cigarra* (1922).

Considerações Finais

A história das farmacêuticas no Brasil está ainda por ser feita. Quanto à condição social, escolha e exercício profissional, inserção no mercado de trabalho e trajetória de vida, muitas perguntas ainda precisam ser respondidas. Pela lista dos sobrenomes verifica-se que muitas eram provenientes de famílias das elites. A documentação sugere que a farmácia não teria sido a primeira opção profissional, como ainda hoje, para muitos estudantes da área da saúde que projetam seus sonhos para a medicina: Ursulina Lopes Torres, primeira farmacêutica registrada no Serviço Sanitário de São Paulo, se formou posteriormente em medicina tornando-se médica do Hospital das Crianças no Rio de Janeiro.

A pesquisa sobre as farmacêuticas, certamente, pode trazer elementos importantes para conhecer melhor a história da profissão, da formação profissional feminina, do mercado de trabalho da saúde e das relações entre os gêneros no período. Não pode deixar de ser notado que a pesquisa evidencia nuances no discurso sobre a domesticidade e as esferas separadas. Sugere que alguns setores da população, inclusive masculinos, se preocupavam com a formação profissional das mulheres para o trabalho, visualizando a possibilidade de conciliar maternidade e trabalho, inclusive em profissões liberais. A visão da remuneração do trabalho feminino como menos importante e a crença numa natureza específica a cada sexo, continuavam, porém, norteando a inclusão ou a exclusão nas profissões. Nesse sentido é possível se perguntar se a imagem artesanal e prática da farmácia, e do farmacêutico como profissional subalterno ou auxiliar do médico, não foi um dos fatores que possibilitaram nas primeiras décadas do século, a abertura desse campo profissional para as mulheres. Quanto ao uso que essas pioneiras fizeram do estudo e do trabalho, bem... esta, já é uma outra história.

Referências Bibliográficas:

QUAL a moça mais culta de São Paulo. *A Cigarra*, 1º out.1922.
AMERICANO, Jorge. **São Paulo naquele tempo** (ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTA. Disponível em: <<https://www.apcd.org.br>> Acesso em: maio 2006. 1895-1915). São Paulo: Saraiva, 1957.

BARRETO, M.R.N. **Nascer na Bahia do século XIX**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CAMPOS, M.A. P. **A vida da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP: notas históricas**. São Paulo, USP, 1984.

CAMPOS, M.A. P. **Perfil do Ensino Farmacêutico no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966.

ESCOLA DE FARMÁCIA. **A Mensageira**, v. 2, n. 26, p. 46-48, 1899.

_____. **Revista Farmacêutica**, v.4, n.9, p. 175-6, 1889.

_____. **Revista Farmacêutica**, v. 7, n.2, p.43, 1903.

FONTOURA, C. **A Farmácia no Brasil**. [São Paulo] s.c.p. [1932].

_____. **A Saúde Pública e as Farmácias**. São Paulo: Sociedade Impressora, 1922.

_____. **Farmácia e Farmacêuticos no Brasil**. São Paulo: Instituto Medicamenta, 1938.

HIGBY, G.J.; GALLAGHER, T.C. Pharmacists. In: APPLE, R. **Women, health, and medicine in America**. New Jersey, Rutgers University Press, 1992. p. 489-508.

JACKSON, W.A. A short history of pharmacy and women. Disponível em <<http://www.pjonline.com/Editorial>> 18-25/12/1999 Acesso: maio 2006.

JUREMA, A. Profissões Femininas. Notas Pequenas. Farmacêuticas. **A Mensageira**, v.1, n. 19, p.303, 1898.

PRESTES, L. **Da fundação e sua administração no direito pátrio**. O caso da Escola de Farmácia de São Paulo. São Paulo: Siqueira, 1922. [Escola de Farmácia. Ata da primeira reunião]

Relação dos Participantes. In: Congresso Médico Paulista, 1, São Paulo. **Anais**. São Paulo, s.d., v.1.

SÃO PAULO. Coleção de Leis do Estado de São Paulo. **Lei nº 43, de 18/07/1892**. Organiza o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo: IMESP, 1892.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1979.

SANTOS, M.R. **Do boticário ao bioquímico: as transformações ocorridas com a profissão farmacêutica no Brasil**. 1993. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

SCHPUN, M.R. **Les années folles à São Paulo. Hommes et femmes au temps des explosion urbaine (1920-1929)**. Paris, Harmattan, 1997.

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.